



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ



PORTARIA Nº 321 / 2010

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ,

usando das atribuições que lhe são conferidas por lei
e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Digital nº 7.313/2010,

R E S O L V E

TORNAR PÚBLICO, nos termos do Inciso III e
parágrafo único do artigo 54, parágrafo 2º do artigo 55 e artigo 72, todos da Lei
Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o relatório de gestão fiscal desta Corte, em
anexo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, em 24 de setembro de 2010.

Desa. REGINA AFONSO PORTES
Presidente

SRF



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

GOVERNO FEDERAL – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2009 A AGOSTO DE 2010

LRF, art. 55 – Inciso I, alínea “a” e Portaria STN 462/2009 Anexo I R\$ MILHARES

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA	
	SETEMBRO DE 2009 A AGOSTO DE 2010	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	152.670	0
Pessoal Ativo	127.165	0
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	127.165	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.505	0
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	0	0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	25.505	0
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19, DA LRF) (II)	31.315	0
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	0	0
Decorrente de Decisão Judicial	0	0
Despesas de Exercícios Anteriores	6.681	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.634	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I+II)	121.355	0
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		121.355



APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)¹	479.816.372
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,025292
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III, art. 20 da LRF) 0,042004%	= 201.542
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) 0,039904%	= 191.466

Fonte: SIAFI GERENCIAL E COFIC/SOF/TSE

1 – Valor referente à Portaria STN nº 530, de 16/09/2010.

NOTAS

- I) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Desa. REGINA AFONSO PONTES
Presidente

IVAN GRADOWSKI
Diretor Geral

REGINA MARIA FONTOURA DE OLIVEIRA
Gestor Financeiro

SÔNIA MARIA DOS SANTOS PRESTES
Controle Interno